



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

OFFICIAL POSITION STATEMENT (Last no 679)

A Câmara Municipal de Jacareí decreta e fa promulga a seguinte Lei:

Artigo 1º - Põe a Prefeitura Municipal de Jacareí autorizada a alienar ao Instituto de Previdência do Estado, para doação, duas áreas contíguas de terrenos, abaixo descritas, situadas nesta cidade, para, nos termos do decreto estadual nº 12.762, de 19 de junho de 1.942, modificado pelo decreto nº 27.167, de 4 de janeiro de 1957, nôle se construir prédio para funcionamento da Casa de Louvura, situadas no Largo da Riachuelo, delas destacadas e revertidas da classe de bens de uso comum para a de bens patrimoniais pela Lei nº 661 de 19 de julho de 1961 e Lei Municipal nº 688, de 13 de outubro de 1961, à saber: " Uma área de terreno com 750 m². (setecentos e cincuenta metros quadrados), constante de um retângulo com vinte e cinco metros de frente e vinte e cinco metros de fundos por trinta-metros de cada lado, confrontante pela frente com a rua 7 de abril, pelas lades e nos fundos com o Largo da Riachuelo, área esta que tem fôrma em um ponto distante dezessais metros e sessenta centímetros em linha reta de seis da rua Luiz Simon " ; 2ª área: " Um terreno com a área de 471,66 m². (quinhacentos e setenta e um metros quadrados e quarenta e seis centímetros) com a forma aproximada da letra " U ", confrontando pelas lades externas com a rua Luiz Simon, para a qual mede 33,50 m. (trinta e três metros e cincuenta centímetros) de comprimento, com a rua Antônio Afonso, para a qual mede 27,50 (vinte e sete metros e cincuenta centímetros) de comprimento e com uma rua projetada de 8 m. (oito metros) de largura, destinada a ligar a rua Antônio Afonso com a rua 7 de Abril e confrontando pelas lades internas com um terreno revertido para a classe de bem patrimonial do município pela lei nº 661 de 19 de Julho de 1961, transcrita sob o nº 12.645, fls 180 de livro 3 J., no Registre de Imóveis desta Comarca, em relação de qual o terreno é de desrito mede 30,00 m². (trinta metros) de comprimento nas lades paralelas e 25,00 m². (vinte e cinco) metros, na terceira lada.

Artigo 2º) Na escritura de doação, à ser lavrada após a apresentação pela Prefeitura Municipal de toda a documentação exigida pelo Instituto de Previdência, constará cláusula expressa pelo qual o donatário não poderá, pelo prazo de 5 (cinco) anos, dar as imóveis destinação diversa da prevista nesta lei:

5º parágrafo). - "Na referida escritura constará ainda, cláusula onde a Prefeitura Municipal responderá pela evicção do imóvel deada, abrigando-se desapropriá-lo e dá-lhe novamente ao Instituto de Previdência do Estado se éla, à qualquer título, for reivindicada

CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

ESTADO DE SÃO PAULO

OPERAÇÕES DE CONSTRUÇÃO

Artigo 3º) - A doação é irrevogável, exceptuada a hipótese a que alude o artigo 2º, parte final, desta lei.

Artigo 4º) - Apés realizada a doação de que trata esta lei, a Prefeitura Municipal assinará contrato de empreitada com o Instituto de Previdência do Estado e para construção do prédio referido no artigo 1º, à ser executada pelo seu Departamento de Obras, por conta da referida Instituição, no terreno cuja doação será se autoriza.

Artigo 5º) - Poderá a Prefeitura Municipal transferir o contrato à firma de sua escolha, registrada no Instituto de Previdência do Estado e previamente julgada capacitada por ele a desempenhar o encargo, profissional e financeiramente, em função do valre da obra.

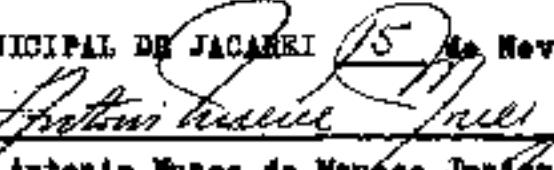
Artigo 6º) - A construção do prédio de que trata o artigo 1º, deverá iniciar-se dentro de prazo de 90 (noventa) dias, à contar da data da lavratura da escritura de doação, ficando, porém, na dependência dos recursos orçamentários, destinados para esse fim no Instituto de Previdência, e obedecerá pedreiros, projetos, orçamentos, especificações, cláusulas, planos e condições contratuais a que se refere o Decreto nº 27.167, de 4 de Janeiro de 1957, supra citado.

Artigo 7º) - A despesa com a execução da presente lei correrá por conta da verba própria consignada no orçamento.

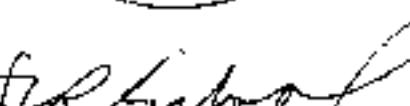
Artigo 8º) - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 662, de 10 de julho de corrente ano.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACAREÍ

15 de Novembro de 1961


Antônio Nunes da Motaes Junior
Prefeito Municipal

Vista:


Afonso Rosa da Silva
Presidente da Câmara